



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001343-60.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Leandro Eleutério**  
 Requerido: **BANCO DAYCOVAL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que firmou contrato de financiamento com o réu, quitando regularmente as prestações daí decorrentes.

Alegou ainda que foi surpreendido com sua inscrição pelo réu perante órgãos de proteção ao crédito sob o argumento de que uma parcela do contrato não teria sido paga, mas isso não corresponde à realidade.

Almeja à declaração da inexistência dessa dívida e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos que suportou.

O réu sustentou a regularidade da negatização do autor, porquanto ele realmente estava em débito quanto à parcela do financiamento de nº 14, vencida em janeiro/2014.

Não lhe assiste razão, porém.

Com efeito, os documentos acostados a fl. 87 patenteiam os pagamentos feitos pelo autor em relação à prestação em pauta, bem como daquela vencida no mês anterior (dezembro/2013).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Eles não foram impugnados especificamente pelo réu, o qual inclusive sequer se pronunciou a seu propósito (fl. 101).

Ademais, dissiparam as dúvidas suscitadas a fl. 83, item 2.

Nota-se também que o autor realizou o pagamento de parcelas vencidas posteriormente (fl. 89), o que reforça a convicção de que está adimplente com as obrigações a seu cargo derivadas do financiamento celebrado com o réu.

Bem por isso, a declaração da inexistência da dívida objeto da ação é de rigor, prosperando no particular a pretensão deduzida.

O autor, todavia, não faz jus às indenizações postuladas.

Mesmo que se reconheça que a negativação irregular baste por si só para a configuração de danos morais passíveis de reparação, o documento de fls. 30/31 demonstra que o autor ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito, as quais não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

De igual modo, a restituição em dobro do montante da negativação não tem lugar aqui.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé do réu, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito aludido nos autos relativo à parcela nº 14, vencida em janeiro/2014, do contrato de financiamento firmado entre as partes.

Torno definitiva a decisão de fl. 21.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**